



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT

PONTES

Quinzenal

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



21 de janeiro de 2008

Vol. 3 No. 1

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Texto de agricultura deve ser publicado no final de janeiro	1
G-20 apresenta seis novas propostas em agricultura	3
NOTÍCIAS REGIONAIS	3
CEPAL faz balanços de acordos bilaterais e solução de controvérsias em 2007	3
Senado dos EUA aprova <i>Farm Bill</i>	5
BREVES MULTILATERAIS	6
UNCTAD avalia impactos da jurisprudência arbitral sobre os acordos internacionais de investimentos	6
Subsídios ao algodão: EUA continuam a ignorar as normas da OMC	7
BREVES REGIONAIS	8
Primeira viagem internacional de Lula em 2008	8
NAFTA: protestos contra a desgravação total	9
EVENTOS	10
Fóruns Multilaterais	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	10

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Texto de agricultura deve ser publicado no final de janeiro

O presidente das negociações agrícolas da Organização Mundial do Comércio (OMC), Crawford Falconer, planeja circular sua proposta de texto sobre modalidades agrícolas até o final deste mês. O documento deve trazer novas fórmulas e números para cortes tarifários e de subsídios.

O texto de Falconer, tão esperado pelos negociadores, pode representar um passo importante no longo e incerto caminho que deve levar a um acordo de liberalização comercial na Rodada Doha. O atual documento atualizará aquele publicado em julho de 2007, que, por sua vez, não gerou muitos avanços.

No dia 11 de janeiro, durante uma reunião do Comitê de Negociações aberta a todos os Membros da OMC, Crawford Falconer afirmou que houve progresso significativo durante as duas semanas de consultas informais de "Sala E", iniciadas em 3 de janeiro entre 37 Membros. O presidente das negociações afirmou, ainda, que a União Européia (UE) sinaliza positivamente para a eliminação de salvaguardas especiais para agricultura.

Fontes afirmam que a UE estaria pressionando os governos a tratar os novos textos em harmonia com os demais temas da Rodada, como bens industriais. A razão para tal seria uma melhor avaliação dos *tradeoffs* realizados ao longo do processo de negociações.

Acesso a mercado

As negociações de acesso a mercado têm sido as mais controversas, pois muitos dos temas são complexos e ainda não foram resolvidos. É este o caso de um novo mecanismo especial de salvaguarda para países em desenvolvimento (PEDs), tema que não foi discutido durante as duas últimas semanas de negociações.

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

Houve progresso, entretanto, em relação a um mecanismo similar, a salvaguarda especial para agricultura (SSG, sigla em inglês). Por razões de ordem técnica, a maioria dos PEDs não pode utilizar a SSG e esse mecanismo é fundamentalmente utilizado por países desenvolvidos (PDs) como defesa contra aumentos substanciais de importação. A UE, por exemplo, tem feito uso permanente da SSG – desde a criação da OMC – para proteger produtos como o açúcar.

No curso das recentes negociações, tudo indica que a UE tem abrandado seu posicionamento em relação à SSG, propondo a possível eliminação do mecanismo para os próximos sete anos e meio, ao invés do período padrão de cinco anos. A única condição proposta pelo bloco seria a imposição de uma tarifa de salvaguarda mais alta para os produtos que se beneficiaram da proteção garantida pela SSG durante o cálculo dos novos compromissos tarifários pós Doha.

Produtos especiais

No que tange aos produtos especiais, o texto de Falconer propõe que os Membros selecionem 7 ou 12% de suas linhas tarifárias para cortes tarifários de, em média, 20%. O mínimo seria 15% e o máximo, 25%.

O novo documento também contempla uma série adicional de 2 a 5% de linhas tarifárias, chamadas “super-especiais”. Essas deverão atingir reduções médias mais baixas, de 5%, com um máximo de 10%. A proposta ainda prevê que algumas linhas sejam totalmente isentas de cortes tarifários.

O G-33 pede, há já algum tempo, que os PEDs tenham o direito de designar como produtos especiais ao menos um quinto de suas linhas tarifárias agrícolas e que metade dessas sejam isentas de liberalização. Em 14 de dezembro de 2007, o grupo circulou uma proposta na qual 20% das linhas tarifárias seria o número o máximo – e não o mínimo – permitido para designação de produtos especiais. Desses últimos, 40% deveriam ser isentos de cortes tarifários, 30% deveriam sofrer cortes de 8% e os 30% restantes, cortes de 12%. Falconer incluiu números similares em seu texto, ainda entre parênteses, indicando uma possível alternativa.

Os países exportadores, por sua vez, continuaram a argumentar que nenhum produto deveria ser completamente isento de cortes tarifários. Para eles, todos os produtos especiais deveriam demonstrar que estão em conformidade com critérios de segurança alimentar, garantia de meios de subsistência e desenvolvimento rural.

Produtos sensíveis

Os produtos sensíveis – aqueles que tanto PDs quanto PEDs poderão proteger de cortes tarifários padrão em troca de maiores quotas de importação – também têm gerado controvérsias. Membros importadores, como a UE e o G-10 (grupo de países que apresentam tarifas altas), foram contrários às propostas do Grupo Cairns para que o mecanismo garanta aumento substancial de acesso a mercados.

Os Membros ainda precisam definir o nível de detalhamento para a classificação de produtos como sensíveis. Ao passo que os países exportadores preferem uma designação mais abrangente (ex: leite), os importadores optam por sub-categorias mais específicas (ex: leite em pó desnatado), de modo a evitar o uso indevido de linhas tarifárias sensíveis.

O grupo Cairns também é a favor do estabelecimento de um novo compromisso de quotas por produto, de modo abrangente. Fontes acreditam que os países importadores parecem estar prontos para aceitar a proposta com a condição de que haja duas quotas: uma para aves (frescas e congeladas) e outra para carne (de alta qualidade e demais cortes). No entanto, alguns exportadores mostram-se preocupados por não saberem como o maior acesso seria dividido ao longo dessas sub-categorias.

Apoio doméstico

O documento de Crawford Falconer estabeleceu novos limites para o Nível Global de Subsídios Distorcivos (OTDS, sigla em inglês) e para os elementos que o compõe: caixa amarela, caixa azul e pagamentos *de minimis*.

A proposta é que os três Membros que mais concedem subsídios – UE, Estados Unidos da América (EUA) e Japão – reduzam em um terço os tetos de gastos com OTDS no início do período de implementação. Para os demais PDs, a redução seria de 20%.

Os PEDs que fornecem tais subsídios receberiam tratamento especial e alguns países estariam isentos dos compromissos de redução. Outros, ainda, beneficiar-se-iam de cortes iniciais mais baixos e de um período de implementação mais longo: oito anos.

Cenário após o texto revisado

Os Membros da OMC admitiram não ter certeza do que irá ocorrer após a publicação do texto de agricultura. Um delegado acredita que os Membros enfrentarão mais seis semanas de consultas intensivas em

Genebra, até meados de março. Para outro delegado, Crawford Falconer somente publicará seu texto após a reunião do Conselho Geral da OMC (que ocorrerá nos dias 5 e 6 de fevereiro), de modo a evitar que esse seja o centro das discussões da reunião.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, 16 jan. 2008.

G-20 apresenta seis novas propostas em agricultura

O G-20, uma influente coalizão de países em desenvolvimento (PEDs) nas negociações em agricultura da Rodada Doha, apresentou, em 17 de dezembro de 2007, seis propostas que esclarecem a posição do grupo em diversos temas das negociações agrícolas.

As propostas tratam de apoio doméstico, créditos à exportação, produtos sensíveis, limites de escalonamento e simplificação tarifária. Elas foram publicadas no contexto de intensas consultas, que ocorrem desde setembro, comandadas pelo presidente do comitê de negociações em agricultura, o Embaixador Crawford Falconer (Nova Zelândia). Ao longo do processo de desenvolvimento de um novo texto que possa servir de base à última etapa de negociações entre os Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), Falconer já apresentou aos delegados, desde novembro de 2007, cerca de 16 documentos de trabalho.

Em relação ao apoio doméstico, o G-20 abordou questões técnico-legais nos moldes dos documentos de trabalho do presidente do comitê, enfatizando que a posição do bloco permanece a mesma. O grupo observou que gostaria de ver maiores compromissos e regras sobre a Redução do Nível Global de Subsídios Distorcivos (OTDS, sigla em inglês), subsídios de caixa azul e limites específicos a produtos incluídos no Acordo sobre Agricultura.

O grupo pede transparência na comparação do valor dos resultados negociados em produtos sensíveis. No entanto, o G-20 ainda não chegou a um consenso quanto aos dados e métodos que serão utilizados para o cálculo dos níveis de consumo interno. Além de definir o período 2003-2005 como referência e exigir o uso de dados do COMTRADE e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o grupo reiterou seu apoio à utilização da abordagem por produto, segundo a qual os produtos sensíveis seriam classificados de acordo com o sistema HS de seis dígitos. Os países da União Européia (UE) e

demais países sensíveis à importação, por sua vez, preferem uma “designação parcial”, que lhes permitiria detectar proteção a determinados produtos por meio de um sistema harmonizado mais específico, dotado de oito dígitos.

Um outro documento propõe que as tarifas de produtos agrícolas não-sensíveis sejam limitadas a 100% e 150% para países desenvolvidos (PDs) e PEDs, respectivamente. Os compromissos em relação aos produtos sensíveis seriam limitados em 150% e 225%. De acordo com o G-20, as limitações ajudariam a harmonizar o acordo de agricultura com as negociações sobre acesso a mercados não-agrícolas (NAMA, sigla em inglês), nas quais a fórmula matemática e os números em debate afetariam negativamente as tarifas dos PEDs para a maioria dos bens industriais em níveis muito abaixo de 100%. O G-20 afirmou que os PDs poderiam fixar suas tarifas em 150% para produtos regulares e 20% para produtos sensíveis, caso as quotas tarifárias (TRQs, sigla em inglês) também fossem expandidas. Anteriormente, o bloco havia sido contra qualquer expansão de TRQs ou de limites tarifários. Os Membros do G-20 defendem que é necessário um equilíbrio adequado entre agricultura e NAMA para que a Rodada avance. A resposta do G-10, grupo de países que possuem altas tarifas de importação em produtos agrícolas, e do G-33, coalizão de PEDs que importam produtos agrícolas, foi silenciosa. Tradicionalmente, os países do G-10 são contrários a qualquer tipo de limite tarifário, ao passo que o G-33 prefere que esses sejam aplicados somente a PDs.

O G-20 também elaborou uma lista de produtos que devem ser considerados no escalonamento tarifário, de acordo com o mandato de Doha. Normalmente, os importadores fixam tarifas progressivamente mais altas sobre produtos de maior valor agregado, pressionando os exportadores agrícolas a reduzir o valor das *commodities* primárias. No entanto, não há consenso entre os Membros da OMC sobre o que constitui o escalonamento tarifário e quais bens pertencem à lista.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly*, Vol. 12, No. 1, 16 jan. 2008.

NOTÍCIAS REGIONAIS

CEPAL faz balanços de acordos bilaterais e solução de controvérsias em 2007

A CEPAL inaugurou este ano com dois balanços referentes ao ano de 2007: “*Balances de temas*

comerciales en 2007” e “*Controversias económicas internacionales que involucran países de América Latina y el Caribe: 2007*”.

Os resultados reticentes apresentados nas negociações multilaterais têm motivado os países latino-americanos e caribenhos, cada vez mais, a buscar alternativas comerciais em acordos bilaterais. A crescente importância desses acordos tem sido acompanhada da maior atenção que esses mesmos países têm dedicado aos mecanismos de solução de controvérsias. Assim, o que se verificou foi um forte protagonismo, em especial dos países da América Latina, nos sistemas de solução de controvérsias dos quais participam.

Tratados bilaterais: regionalismo demonstrou resultados mais expressivos

O ano de 2007 foi marcado pela crescente participação dos países em desenvolvimento (PEDs) nas negociações comerciais da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Apesar dos PEDs terem formado alianças entre si para negociar em maior pé de igualdade, os interesses dos países que compõem essas alianças não necessariamente coincidem em todas as áreas negociadas. Mais do que isso, os interesses dos PEDs muitas vezes são contraditórios, como no caso de acesso a mercados, apoio doméstico e subsídios às exportações – os três aspectos mais importantes das negociações agrícolas. É nesse sentido que o relatório conclui que “não existe um denominador comum que possa beneficiar a todos”.

O relatório chama atenção para o fato de que todas as rodadas de negociação multilateral geram custos. No entanto, sendo essa uma “Rodada para o Desenvolvimento”, os custos dos PEDs deveriam ser melhor distribuídos ao longo do tempo e entre os Membros.

Um dos maiores obstáculos para o andamento da Rodada em 2007 foi a impossibilidade do G-4 (Brasil, Estados Unidos da América – EUA, Índia e União Européia – UE) chegar a um acordo em agricultura e acesso a mercados de produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês) – temas centrais para o andamento da Rodada. Os diversos grupos de negociação formados por PEDs reagiram diferentemente aos textos de agricultura e NAMA apresentados pelos presidentes de negociação desses temas. As posições mais críticas incidiram sobre esse último, pois os PEDs consideraram o nível de ambição das propostas muito mais elevado do que aquele em agricultura. Os PEDs, entretanto, poderão utilizar uma série de flexibilidades que permitem a não aplicação integral da fórmula de redução tarifária. Desta forma: (i) os países menos avançados não precisarão reduzir suas tarifas se não o

desejarem; (ii) os países que apresentam baixo nível de consolidação tarifária deverão consolidar 90% de suas linhas a 28,5%; (iii) as economias pequenas e vulneráveis – que representam 0,1% do comércio mundial – deverão estabelecer um novo nível médio para suas tarifas; e (iv) os Membros recentemente incorporados têm direito a períodos adicionais para realizar suas reduções tarifárias.

No âmbito das relações inter-regionais, os países latino-americanos e caribenhos assinaram acordos bilaterais, em bloco ou isoladamente. No que diz respeito ao primeiro grupo, o ano de 2007 foi marcado pela ratificação do acordo bilateral entre EUA e Peru (após uma série de renegociações em matéria de propriedade intelectual e normas trabalhistas) e pela entrada em vigor, em setembro, do acordo bilateral Chile-Japão, que confirma a política de aproximação do país sul-americano com a região Ásia-Pacífico.

No grupo de tratados entre blocos de países, destaca-se o início das negociações entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e a UE para um acordo de associação. Ao acordo assinado entre EUA e El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana (CARICOM, sigla em inglês), somou-se a Costa Rica, país que confirmou sua adesão por meio de referendo.

A criação da União Sul-americana de Nações (UNASUL) foi um dos acordos intra-regionais mais marcantes de 2007. Em substituição à Comunidade Sul-americana de Nações (CSN), a agenda do bloco encontra-se em processo de elaboração. Por enquanto, sabe-se que a Secretaria Permanente será em Quito, Equador e que o Banco do Sul, cuja ata foi assinada por Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela em finais de 2007, tem capital previsto de US\$ 7 bilhões (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 2, No. 18, 17 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ictsd.org/pont_quinze/07-12-17/BR.htm>).

As atividades no âmbito do Mercosul voltaram-se para o tratamento das assimetrias entre seus Membros, notadamente Paraguai e Uruguai. Com essa finalidade, foram propostas medidas de flexibilização normativa para os dois países e, paralelamente, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), o qual contará com um orçamento inicial de US\$ 125 milhões.

Solução de controvérsias é marcada pelo ativismo de países latino-americanos

No balanço intitulado “*Controversias económicas internacionales que involucran países de América Latina y el Caribe: 2007*”, a CEPAL analisa os litígios internacionais em matéria de comércio e investimento

na região, tema que tem ocupado crescentemente a agenda desses países nos últimos anos.

Desde a entrada em vigor da OMC, os países latino-americanos e caribenhos participaram de 86 controvérsias (entendidas desde a sua primeira etapa – a consulta), num universo de 361 casos, o que representa 24% do total.

No âmbito da OMC, 2007 foi palco de dez casos perante o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) envolvendo países da América Latina e do Caribe. Desses, dois foram encerrados pelos painéis e sete pelo Órgão de Apelação. O documento confirma estudos anteriores que apontavam para a preponderância de EUA e UE nas controvérsias envolvendo países latino-americanos e caribenhos: dentre os dez, sete envolveram os EUA e dois a UE.

A participação ativa dos países da região nos casos de solução de controvérsias no âmbito da OMC também se verifica no Mercosul. Desde a formação do bloco, em 1991, houve 542 casos de controvérsias entre seus Membros. Brasil e Argentina responderam pela maior parcela desse elevado nível de atividade: de 1993 a 2006, a Argentina participou de 410 casos (228 como demandante e 182 como demandada) e o Brasil de 388 (166 como demandante e 222 como demandado). O estudo publicado em inícios de janeiro pela CEPAL confirma que dos oito casos ocorridos no âmbito do Mercosul, todos envolveram a Argentina e quatro envolveram o Brasil.

O balanço também analisa as controvérsias investidor-Estado, as quais representam um crescente desafio para esses países, seja pela complexidade técnica, ou pelos montantes que envolvem. No âmbito da CAN, a Colômbia foi o único país acionado por empresas multinacionais, acusado de não cumprir as disposições do tratado. No entanto, somente um dos três casos em 2007 deu parecer desfavorável à Colômbia.

O estudo também analisa controvérsias no âmbito do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês) e do Centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimentos (CIADI, na sigla em inglês).

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Base de Dados Integrada de Controvérsias de América Latina y el Caribe (BADICC). Disponível em: <<http://badicc.eclac.cl/controversias/>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

CEPAL. Balances de temas comerciales em 2007. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/comercio/noticias/documentosdetrabajo/8/32098/BAL-COM2007-I.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

CEPAL. Controversias económicas internacionales que involucran países de América Latina y el Caribe: 2007. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/comercio/noticias/documentosdetrabajo/9/32099/BAL-COM2007-II.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CEPAL. Los países de América Latina y el Caribe y las controversias comerciales: un análisis. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/Transporte/noticias/bollfall/7/28627/FAL249e.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Senado dos EUA aprova *Farm Bill*

No dia 14 de dezembro de 2007, o Senado dos Estados Unidos da América (EUA) aprovou a concessão de subsídios no valor de US\$ 286 bilhões ao sancionar a Ata de Segurança sobre Alimentos e Energia de 2007 (*Farm Bill*).

Conforme noticiado anteriormente (ver *Pontes Quinzenal* v. 2, n. 17, 03 dez. 2008), por estar envolvida nas manobras políticas da luta pré-eleitoral dos EUA, acreditava-se que a *Farm Bill* não seria aprovada antes de 2008. No início de dezembro foram contabilizadas cerca de 264 propostas de emenda à *Farm Bill*, o que tornava virtualmente impossível que a votação ocorresse antes do final do ano. Ainda assim, o líder da minoria republicana no Senado, Mitch McConnell (Kentucky), já havia considerado a possibilidade da votação ocorrer. Ele lembrou que atrasos semelhantes ocorreram em 2002, mas o Congresso acabou por aprovar a *Farm Bill*.

O mesmo ocorreu no ano passado. A votação definitiva de 79 contra 14 foi possível após uma manobra procedimental impulsionada pela senadora Blanche Lincoln (democrata-Arkansas). Ela ameaçou impedir a discussão de fundo por meio de emendas a menos que os democratas – maioria no Senado – aprovassem uma regra segundo a qual seriam necessários ao menos 60 votos para aprovar qualquer reforma à *Farm Bill*, ao invés da usual maioria simples. Os democratas optaram por aceitar a reivindicação de Lincoln para evitar uma dissidente em suas próprias facções. Dessa forma, a proposta da senadora Amy Klobuchar (democrata-Minnesota) de limitar os pagamentos a US\$ 250 mil por agricultor (no lugar dos atuais US\$ 360 mil), por exemplo, não foi ratificada, apesar de haver conseguido a maioria de 49 votos.

Para Raymond C. Offenheiser, presidente da *Oxfam America*, o Senado elaborou as regras de votação das principais reformas à política agrícola de modo que nenhuma delas fosse possível. A *Oxfam* sustenta, ainda, que os subsídios estadunidenses contribuem para a super produção mundial e prejudicam os agricultores pobres dos países em desenvolvimento (PEDs).

Segundo Kent Conrad (democrata – Dakota do Norte), a *Farm Bill* dá continuidade ao sucesso da lei de 2002 ao passo em que melhora a nutrição, a conservação e os programas de desenvolvimento rural. De acordo com Conrad, a *Farm Bill* também investe em novas prioridades, ao tornar os EUA menos dependentes do petróleo estrangeiro. No entanto, Chuck Conner, secretário da agricultura em exercício, afirmou que a proposta do Senado está fundamentalmente viciada. Ele criticou o aumento dos impostos para financiá-la e a falta de reformas efetivas nos limites dos apoios. Além disso, com o objetivo de diminuir custos, determinados pagamentos foram adiados para períodos fiscais futuros, o que Conner chamou de “malabarismos contábeis” e não de efetiva economia. Ele indicou, ainda, que a proposta inicial de limitar pagamentos aos agricultores com rendas líquidas de US\$ 200 mil anuais teria eliminado o pagamento a 38 mil agricultores ricos.

Conner também criticou as mudanças nos empréstimos preferenciais para mais de seis cultivos, por acreditar que essa prática distorce o comércio e que os EUA provavelmente serão demandados na OMC. Conner citou um recente painel da OMC que afirmou que as reformas estadunidenses ao programa de subsídios ao algodão não estão de acordo com as regras da Organização. Ele concluiu dizendo que recomendará ao Presidente Bush que vete o projeto a menos que sejam feitas mudanças substanciais pelo comitê conjunto do Senado e da Câmara dos Representantes, que deverá harmonizar as diferenças entre as duas versões da *Farm Bill*.

Vale lembrar que a Câmara dos Representantes já aprovou sua própria *Farm Bill* em setembro passado. Para que seja transformada em lei, a *Farm Bill* da Câmara deve ser confrontada e harmonizada com o novo instrumento aprovado pelo Senado. O texto final deverá ser sancionado pelo presidente. Apesar dos textos serem semelhantes, diferenças significativas ainda devem ser harmonizadas. Max Baucus (Democrata – Montana), por exemplo, presidente do Comitê de Finanças do Senado e candidato à reeleição este ano, introduziu na *Farm Bill* do Senado um fundo de assistência de US\$ 5 bilhões para desastres climáticos, fundo esse que não consta da *Farm Bill* da Câmara. Outra diferença refere-se aos limites de renda anual para que um agricultor receba subsídios.

Enquanto o Senado determinou que o limite seria de US\$ 750 mil, a Câmara fixou em US\$ 1 milhão o máximo de renda anual, ambos valores muito acima dos US\$ 200 mil que pretendia a Casa Branca.

A discussão final deve ocorrer nas próximas semanas. Muitos dos programas de subsídios continuaram a operar devido a uma exceção temporal, já que a *Farm Bill* de 2002 expirou em setembro do ano passado. Uma análise da minuta da *Farm Bill* do Senado – que foi aprovada sem grandes mudanças – encontra-se disponível na edição de novembro do *Puentes Bimensual*, e uma análise da *Farm Bill* aprovada pela Câmara foi publicada na edição de setembro. Ambas as publicações podem ser acessadas em <<http://www.ictsd.org/monthly/puentes.htm>>.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. 5, n. 1, 15 jan. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

UNCTAD avalia impactos da jurisprudência arbitral sobre os acordos internacionais de investimentos

Em 10 de janeiro deste ano, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) publicou o relatório “*Investor-State Dispute Settlement and Impact on Investment Rulemaking*”, que avaliou os impactos das decisões de disputas entre Estados e investidores no processo de elaboração das regras internacionais sobre investimentos. O relatório é parte de uma série de estudos da UNCTAD que pretende abordar diversas questões sobre os impactos das políticas de investimentos no desenvolvimento.

O relatório divide-se em quatro capítulos principais. O primeiro apresenta um panorama das negociações sobre investimentos na última década. O segundo capítulo analisa os principais progressos da jurisprudência em solução de disputas sobre investimentos nesse período. A terceira parte do relatório, por sua vez, versa sobre o impacto da experiência dos tribunais arbitrais nas disputas entre Estados e investidores no processo de elaboração das normas internacionais sobre investimentos, além de apresentar as principais características de uma nova geração de acordos internacionais de investimentos – acordos bilaterais ou regionais que visam promover investimentos estrangeiros por meio do

estabelecimento de regras legais estáveis. Essa nova geração de acordos internacionais é resultado dos desafios surgidos a partir da interpretação de disposições materiais e procedimentais previstas em antigos acordos internacionais de investimento. Por fim, o quarto e último capítulo traz as principais implicações de tais acontecimentos para os países, com ênfase nas necessidades dos países em desenvolvimento (PEDs). Além disso, o último capítulo apresenta algumas conclusões e reflexões sobre possíveis ações futuras para a implementação de lições aprendidas a partir da experiência dos tribunais arbitrais em disputas sobre investimentos.

Nova linguagem e novas definições

O relatório aponta que uma das principais contribuições das decisões dos tribunais arbitrais para o desenvolvimento de acordos internacionais de investimentos foi permitir que os Estados visualizassem os problemas de definição dos termos utilizados nos tratados. Ao observar como os acordos internacionais de investimentos eram aplicados e interpretados pelos árbitros, os países criaram novas disposições e uma nova linguagem para impedir que problemas de definição de termos fossem objetos de disputas futuras. A definição de “investimento”, por exemplo, passou a ser mais precisa e mais clara na maior parte dos novos acordos internacionais.

Contradições e dificuldades para PEDs

O relatório afirma que o problema dos novos padrões dos acordos internacionais de investimento é que eles podem causar outro tipo de confusão, pois muitos países que são parte dos acordos de investimentos da “nova geração” ainda estão comprometidos com os antigos acordos internacionais que contêm disposições de linguagem ampla e imprecisa que desencadearam inúmeras disputas sobre investimentos no passado.

Como resultado dessa situação, cria-se um risco de incoerência, especialmente para PEDs que tentam entender e aplicar acordos distintos com regras distintas. Esses países possuem pouco ou nenhum poder de negociação no processo de elaboração das regras internacionais sobre investimentos e, portanto, podem sofrer com negociações baseadas em modelos diversos de acordos internacionais, especialmente naquelas envolvendo países mais experientes.

Por outro lado, um resultado positivo dessa nova tendência é o fortalecimento das regras sobre investimentos no plano internacional, o que deve beneficiar investidores, PEDs e os países desenvolvidos.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

UNCTAD. Investor-State Dispute Settlement and Impact on Investment Rulemaking. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/iteiia20073_en.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2008.

UNCTAD. Report says wave of arbitration cases impacted international investment rulemaking. Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=9455&intItemID=1528&lang=1>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

Subsídios ao algodão: EUA continuam a ignorar as normas da OMC

De acordo com o relatório de um painel da Organização Mundial do Comércio (OMC), os Estados Unidos da América (EUA) não cumpriram totalmente as recomendações da Organização na disputa contra o Brasil sobre o algodão. O relatório, publicado em 18 de dezembro do ano passado, foi solicitado pelo Brasil com base no fato dos EUA ainda concederem subsídios à indústria local, ignorando a decisão do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC.

O caso “EUA – subsídios ao algodão (DS267)” teve início em setembro de 2002. O Brasil sustentou, entre outras reclamações, que determinados pagamentos dos EUA a seus agricultores configuravam apoio doméstico distorcivo ao comércio. Em setembro de 2004, o relatório do painel condenou os EUA a eliminar tais pagamentos e em março de 2005, o Órgão de Apelação confirmou a decisão. Em agosto de 2006, o Brasil solicitou novo painel para avaliar se os EUA haviam efetivamente cumprido as recomendações e resoluções do OSC.

O novo painel entendeu que as práticas dos EUA continuam a ser incompatíveis com as regras da OMC no que tange aos pagamentos de empréstimos para a comercialização e aos pagamentos anti-cíclicos, que impedem a subida dos preços do algodão estadunidense no mercado mundial. Segundo o painel, isso constitui um prejuízo grave aos interesses brasileiros. O painel também concluiu que os subsídios estadunidenses à exportação infringem o Acordo sobre Agricultura da OMC.

Segundo o artigo 22 (2) do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias (ESC), o Brasil poderia suspender concessões tarifárias ou outras obrigações resultantes dos acordos da OMC. Apesar do país ainda não ter se pronunciado sobre o assunto, estima-se que as

sanções poderiam chegar a vários bilhões de dólares. Acredita-se que os subsídios ao algodão concedidos pelos EUA, principal exportador mundial, provocam a queda dos preços internacionais e contribuem para a pobreza no leste da África.

Os subsídios agrícolas concedidos pelos EUA têm sido objeto de divergências nas negociações da estagnada Rodada Doha da OMC. Em 17 de dezembro passado, o OSC estabeleceu, a pedido do Brasil e do Canadá, um painel para examinar os programas de subsídios agrícolas e de apoio doméstico dos EUA.

O relatório completo do painel encontra-se disponível em:
<http://www.wto.org/spanish/tratop_s/dispu_s/cases_s/ds267_s.htm>.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. 5, n.1, 15 jan. 2008.

BREVES REGIONAIS

Primeira viagem internacional de Lula em 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu a Guatemala e Cuba como destinos de sua primeira viagem internacional do ano. Em 14 de janeiro, Lula viajou à Cidade da Guatemala para participar da posse do Presidente recentemente eleito, Álvaro Colón. Em seguida, partiu para Havana, onde reuniu-se com Fidel Castro e seu irmão, Raúl Castro, presidente em exercício há um ano e meio.

Lula encontrou-se com os principais presidentes latino-americanos durante a posse de Álvaro Colón. Essa foi a segunda vez que o Presidente visitou o país centro-americano, mas a visita foi curta: o Presidente brasileiro deixou a Guatemala logo após a cerimônia de posse, já que o objetivo principal de sua viagem foi firmar acordos com o governo cubano.

Em 2007, Lula havia anunciado um pacote de investimentos em Cuba nas áreas de energia, saúde, comércio, agricultura, informação digital, infra-estrutura rodoviária e hoteleira. Os acordos, entretanto, limitaram-se a temas de cooperação técnica e à volta da atuação da Petrobras no país. Não foram abordados os projetos de recuperação da infra-estrutura viária e da rede hoteleira, que juntos somavam cerca de US\$ 700 milhões. Também ficou pendente o reconhecimento de diplomas cubanos de medicina no

Brasil. Lula assinou acordos de cooperação nas áreas de vigilância sanitária e ampliação de linhas de crédito para importação de alimentos da ordem de US\$ 100 milhões.

No que diz respeito à energia, a Petrobras assinou três acordos com Cuba para a exploração de petróleo e gás no Golfo do México. Juntamente com a empresa cubana *Cupet*, a Petrobras estuda a criação de uma empresa para a produção de óleos e lubrificantes. Essa última já havia atuado na ilha centro-americana entre 1998 e 2001 e entre 2003 e 2005, mas encerrou suas atividades após problemas com parceiros locais.

No setor de agricultura, os presidentes pretendem colocar em prática atividades de cooperação técnica para a produção de soja.

Após o encontro com Raúl Castro, o Presidente Lula esperou a autorização dos médicos de Fidel para reunir-se com ele. Três horas antes de seu retorno ao Brasil, o Presidente brasileiro foi finalmente recebido pelo líder cubano e afirmou a jornalistas, após o encontro, que Fidel “está com saúde impecável”, e que espera que possa retomar o poder em breve. Lula não respondeu aos jornalistas quando foi questionado sobre a repressão, a falta de liberdade e o desrespeito aos direitos humanos em Cuba.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

O Estado de São Paulo. *Lula inicia hoje viagem que inclui visita a Fidel* (14 jan. 2008). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080114/not_imp108884,0.php>. Acesso em: 15 jan. 2008.

Valor Econômico. *Brasil quer estabelecer relação mais pragmática com Cuba* (15 jan. 2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=410116>. Acesso em: 16 jan. 2008.

O Estado de São Paulo. *Petrobras assina três acordos para explorar petróleo* (16 jan. 2008). Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/01/16/pol-1.93.11.20080116.13.1.xml>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

Valor Econômico. *Petrobras vai voltar a explorar petróleo em Cuba*. (16 jan. 2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=410555>. Acesso em 19 jan. 2008.

NAFTA: protestos contra a desgravação total

Em 1º de janeiro, entrou em vigor a liberalização total do mercado agrícola no âmbito do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), do qual são signatários Canadá, Estados Unidos da América (EUA) e México. Nesse último país, o fato motivou protestos que demandavam uma renegociação do acordo comercial e maior apoio estatal ao setor agrícola.

Os produtos

Desde 1º de janeiro de 2003, todos os produtos agrícolas, pecuários, florestais e pesqueiros foram submetidos à livre importação no México, à exceção de alguns produtos, como milho, feijão, leite em pó e açúcar. É precisamente sobre tais produtos que a desgravação tarifária total começou a incidir em 1º de janeiro de 2008, o que provocou a insatisfação de camponeses e de demais opositores ao NAFTA. Para alguns, o impacto é, acima de tudo, “psicológico” ou “emotivo”, primeiramente por tratar-se da última etapa da abertura comercial do tratado, que já tem 15 anos de vigência e, em segundo lugar, porque os produtos afetados têm um peso cultural enorme na cultura mexicana, particularmente entre camponeses e indígenas, além dos segmentos sociais mais vulneráveis às flutuações dos preços da cesta básica.

As ações

Organizações camponesas, indígenas e alguns juristas deram início a uma tentativa jurídica de impugnar o NAFTA. As medidas consistem em ações junto à Justiça Federal do México que buscam suspender a aplicação do Capítulo Agropecuário que trata da desgravação tarifária dos produtos acima citados. De acordo com o advogado que patrocina tais ações, o fundamento jurídico seria a suposta violação do artigo 27 da Constituição Política mexicana, que determina que o Estado deve promover as condições para um desenvolvimento rural integral, dentre as quais se destaca o apoio à atividade agropecuária mediante “obras de infra-estrutura, insumos, créditos, serviços de capacitação e assistência técnica”.

Assim, a principal demanda dos camponeses mexicanos teria origem na suposta falta de assistência do Estado mexicano a esse setor, obrigando-o a concorrer em condições de desigualdade com seus pares estadunidenses e canadenses. O argumento é que os camponeses dos EUA e do Canadá contam com maior e melhor disponibilidade de recursos e insumos (água e infra-estrutura são exemplos-chave), além do apoio do Estado, por meio de subsídios e outros incentivos à produção.

Embora o Estado mexicano tenha sustentado, durante quase 15 anos, o programa de apoio rural PROCAMPO, alguns analistas acreditam que tal programa evidenciou uma série de aspectos negativos, tanto no que diz respeito à ineficiência e aos atrasos nos pagamentos, como à distribuição dos recursos, que não cumpre com seu objetivo principal: apoiar os camponeses mais necessitados. O programa foi planejado para ter uma vigência de 15 anos, mas o prazo foi estendido até 2012 por meio de uma decisão presidencial de 2007.

Outra ação empreendida pelos opositores ao NAFTA foi uma carta, assinada por mais de 70 organizações estadunidenses, canadenses e internacionais, enviada no final do ano passado aos líderes políticos dos três países signatários do tratado. A carta pedia a renegociação do acordo comercial e instava os países a “frear a liberalização do comércio agrícola que está destruindo o campo mexicano, as comunidades rurais, os povos indígenas e camponeses, levando-os ao exílio econômico”.

O governo

Para o governo mexicano, assim como para o grupo de deputados favoráveis ao NAFTA, as vozes de alerta super-dimensionam os impactos do acordo comercial sobre a realidade rural. Eles asseguram que o tratado trouxe bem-estar a muitos produtores mexicanos e que, com a alta nos preços do milho, inúmeros camponeses mexicanos encontrarão uma oportunidade para introduzir seus produtos, comercial e politicamente. Além disso, negam a possibilidade de renegociação do Capítulo Agropecuário com os demais sócios do NAFTA, pois seria uma injustiça com os produtores que estão tendo uma experiência comercial bem-sucedida graças ao acordo.

O Presidente mexicano, Felipe Calderón, declarou, em seu primeiro evento público do ano, que o acordo comercial tem sido benéfico para o México, respeitados “os convenientes e inconvenientes próprios de um acordo desta natureza”.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, No. 1, 15 jan. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

21 de janeiro

Reunião do Órgão de Solução de Disputas

25 de janeiro

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a acessão da Ucrânia à OMC

28 e 30 de janeiro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Gana

29 e 30 de janeiro

Reunião do Painel DS350 – “Zeroing”

30 de janeiro

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a acessão do Butão à OMC

5 e 6 de fevereiro

Reunião do Conselho Geral

ONU

21 a 30 de janeiro

Reunião do Comitê sobre Organizações Não Governamentais

Local: Nova Iorque, EUA

Informações: <<http://www.un.org/esa/meeting.htm>>.

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=1&frmYear=2008&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2008&month=12&day=>>>.

21 a 25 de janeiro

Processos preparatórios para a UNCTAD XII

Local: Genebra, Suíça.

24 e 25 de janeiro

Pré-evento da UNCTAD XII – Seminário sobre Ajuda

ao Comércio e Desenvolvimento

Local: Bancoc, Tailândia.

28 de janeiro

Reunião do Comitê Preparatório para a UNCTAD XII – audiência com a sociedade civil e o setor privado

Local: Genebra, Suíça.

28 de janeiro a 1º de fevereiro

Pré-evento da UNCTAD XII – Seminário sobre Ajuda ao Comércio e Desenvolvimento

Local: Bancoc, Tailândia.

6 de fevereiro

Seminário sobre Investimento Responsável em Mercados Emergentes

Local: Genebra, Suíça.

7 de fevereiro

Reunião da Comissão sobre Comércio de Bens e Serviços

Local: Genebra, Suíça.

Fórum Econômico Mundial

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

23 a 27 de janeiro

Fórum Econômico Mundial

Local: Davos, Suíça.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Rodada de negociação de TLC entre Peru e China começa em janeiro

Segundo o Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru, a primeira rodada de negociação entre o país e a China para a elaboração de um tratado de livre comércio ocorre a partir de 21 de janeiro de 2008, em Lima. Numa reunião em Pequim, no final de 2007, os grupos técnicos demonstraram firme compromisso em concluir a negociação em novembro de 2008, durante a Cúpula de Líderes da APEC.

Comercialização de transgênicos sob consulta

Até 8 de fevereiro, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) receberá sugestões para a instrução normativa nº 5, que dispõe sobre normas para liberação comercial de organismos geneticamente modificados (OGMs) e seus derivados. A instrução determina que a CTNBio deve colocar sob consulta

pública, durante 30 dias, a proposta de liberação comercial de cada OGM. Além disso, a instrução permite à Comissão a realização de audiência pública para decidir sobre a liberação. O texto da instrução normativas pode ser acessado na íntegra em: <<http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/4609.html>>.

FIESP analisa Conferência de Bali

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) irá promover, em 23 de janeiro, um seminário que busca analisar os resultados da Conferência de Bali sobre mudanças climáticas, ocorrida de 3 a 12 de dezembro. O evento contará com a participação de especialistas como Luiz Gylvan Meira Filho, do Instituto de Estudos Avançados da USP, Marco Antonio Fujihara, consultor do *Brazilian Carbon Bureau* e membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da FIESP, e Ludovino Lopes, da *Climate Change Solutions*. Para maiores informações, acesse: <www.fiesp.org.br> ou telefone para (11) 3549-4499.

CIS disponibiliza novos bancos de dados em seu site

O Consórcio de Informações Sociais (CIS) disponibilizou, recentemente, em seu sítio eletrônico, os seguintes documentos: (i) Censo dos profissionais do Magistério da Educação Básica, 2003 – INEP-MEC; (ii) Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNADIBGE; (iii) avaliações do Presidente FHC (2001, 2002 e 2003); e (iv) ataques do PCC (2006). Esses e outros bancos de dados podem ser acessados, gratuitamente, em: <www.cis.org.br>.

IISD lança chamada de trabalhos sobre biocombustíveis

O Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD, sigla em inglês) lançou chamada de trabalhos para a “*West African Biofuels Summit 2008*”, que ocorrerá em Abuja, Nigéria, de 22 a 24 de março de 2008. Os temas abordados abrangem: desenvolvimento de mercados de biocombustíveis, políticas de incentivo, marcos regulatórios, sustentabilidade de biocombustíveis, tecnologia, entre outros. Os interessados em apresentar trabalhos na Conferência devem elaborar um *abstract* e enviá-lo até 31 de janeiro de 2008 para o e-mail: <[jakolgate@gmail.com](mailto:ajakolgate@gmail.com)>. Para maiores informações, acesse: <<http://www.westafricabiofuels.net/>>, <<http://www.iisd.ca/africa>>, ou envie e-mail para: <richards@iisd.org>.

Chamada para trabalhos para Conferência de Yale

A Universidade de Yale, em conjunto com o Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR, sigla em inglês), promove, nos dias 10 e 11 de maio, a “*Conference on Environmental Governance and Democracy*”, que ocorrerá nas dependências da própria Universidade. O evento busca reunir acadêmicos, funcionários de governos e de organizações intergovernamentais, sociedade civil e setor privado para desenvolver programas de pesquisa que fortaleçam abordagens institucionais para a participação pública efetiva na governança ambiental. As discussões focarão em diversos temas de governança ambiental, nos níveis nacional, regional e internacional. O prazo para manifestar interesse é 25 de janeiro. Para maiores informações, acesse: <<http://www.yale.edu/envirocenter/envdem/index.htm>>.

CEPAL e Fundação Kellogg premiam trabalhos na área social

Estão abertas, até 25 de janeiro, as inscrições para o “IV Concurso CEPAL/Kellogg de Inovação Social”. O concurso premia iniciativas dotadas de verdadeiro impacto social nas vidas dos mais desprotegidos, modelos sustentáveis e fáceis de serem aplicados, nos quais existe a participação dos beneficiários. O concurso analisará experiências em oito áreas: saúde comunitária, educação básica, programas de juventude, geração de renda, responsabilidade social corporativa, voluntariado, desenvolvimento rural/agrícola e segurança alimentar/nutrição. Podem apresentar propostas governos regionais, municipais, associações comunitárias, comunidades religiosas, organizações não-governamentais e outras instituições do setor privado sem fins lucrativos. Os projetos devem ter, pelo menos, dois anos de trabalho efetivo, estar vigentes e desenvolverem-se em algum dos 33 países da América Latina e Caribe membros da Cepal. Os prêmios vão de US\$ 30.000 a US\$ 5.000. Os formulários estão disponíveis no site da Cepal (<<http://www.cepal.org/>>) e da Fundação Kellogg (<<http://www.wkkf-lac.org/>>). Maiores informações também podem ser solicitadas pelo e-mail: <innovacion.social@cepal.org>.

Edital abre inscrições para doutorado-sanduíche na Argentina

O Programa Colégio Doutoral Brasileiro-Argentino (CDBA) lançou edital (CGCI nº 027/2007) para concessão de bolsa de doutorado-sanduíche na Argentina a estudantes brasileiros, com duração de 12 a 18 meses. As bolsas têm valor de US\$ 1.100 por mês e contam, ainda, com auxílio instalação, seguro saúde e passagem aérea. Os interessados devem encaminhar a documentação exigida até 15 de fevereiro. Os critérios e calendário do processo de

seleção podem ser consultados diretamente no edital CGCI nº 027/2007, publicado no site da Capes.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

